

LETÍCIA QUEIROZ DE ANDRADE
(organizadora)

Decisões e Pareceres Jurídicos sobre Pedágio

Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR

2005

336.232:625.7(81)
D294p
2.ed.



Ficha Catalográfica – Centro de Documentação Técnica ABCR

Decisões e pareceres jurídicos sobre pedágio / Letícia Queiroz de Andrade (organizadora) : São Paulo : ABCR, 2005. 316 p. 15,5x22,5 cm
Coletânea de decisões e pareceres jurídicos reunidos desde 1996 no Centro de Documentação da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias.

I. Concessões de rodovias - Brasil 2. Pedágio - Doutrina e jurisprudência.
3. Decisões jurídicas - Brasil. 4. Pareceres jurídicos - Brasil I. Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias. II. Andrade, Letícia Queiroz de.

336.232:625.7(81)
D294p
2.ed.



SUMÁRIO

1 - Natureza jurídica do pedágio	9
1.1 <i>Parecer do Prof. CELSO Antonio Bandeira de Mello (set/2000)</i>	11
1.2 <i>Artigo do Dr. Antonio Carlos Cintra do Amaral (1999)</i>	21
1.3 <i>Acórdão da 2ª Turma do STF no RE nº 181.475-6-RS (mai./1999)</i>	34
1.4 <i>Acórdão da 4ª Câmara de Direito Publico do TJSP na AC nº 059.881-5/4 (fev./1999)</i>	44
1.5 <i>Acórdão da 4ª Câmara de Direito Publico do TJSP na AC nº 092.794-5/9-00 (mai./2000)</i>	47
2 - Constitucionalidade da cobrança de pedágio	51
2.1 <i>Acórdão do STJ no RE nº 417.804 (maio/2005)</i>	53
2.2 <i>Acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região na Ação Civil Pública nº 2002.04.01.022691-3 (nov./2005)</i>	61
2.3 <i>Acórdão da 4ª Câmara Cível do TJSP na AC nº 244.842 (set/1975)</i>	76
2.4 <i>Despacho de Juízo do TRF da 4ª Região no AI nº 1998.04.01.059950-5 (set/1998)</i>	79
2.5 <i>Sentença de Juízo Federal da Seção Judiciária do Paraná na Ação Civil Publica nº 98.301.1483-0 (nov./2000)</i>	81
3 - Não-cabimento de liminar para suspender a cobrança de pedágio	95
3.1 <i>Acórdão do STF, reunido em Sessão Plenária, no Pedido de Liminar relativo a ADIn nº 24-1-SP (mar./1989)</i>	97
3.2 <i>Acórdão do STF, reunido em Sessão Plenária, na Medida Cautelar relativa a ADIn nº 800-RS (nov./1992)</i>	100
3.3 <i>Decisão do (então) Presidente do STF no Pedido de Suspensão de Execução de Liminar nº 2.242-2 (mai/2001)</i>	104
3.4 <i>Decisão de Ministro do STJ na Medida Cautelar nº 783 - MG (abr. 11997)</i>	108
3.5 <i>Decisão da (então) Presidente do TRF da 4ª Região no Pedido de Suspensão de Execução de Liminar nº 97.04.69270-6 (nov./1997)</i>	109
3.6 <i>Decisão da (então) Presidente do TRF da 4ª Região no Pedido de Suspensão de Execução de liminar nº 1999.04.01.022064-8 (abr./1999)</i>	112
4 - Necessidade de preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias para a concessão de benefícios tarifários, negativa de reajuste e redução do valor da tarifa	117

336.232:625.7(81)

D294p

2.ed.



4.1 <i>Parecer do Dr. ANTONIO CARLOS CINTRA DOAMARAL (jan./1999)</i>	119
4.2 <i>Voto do Ministro Eros Grau na ADIn nº 2.733-6-ES (nov.12005)</i>	130
4.3 <i>Decisão do STJ em Agravo Regimental na Suspensão de Liminar nº 76 (set./2004)</i>	136
4.4 <i>Acórdão da Corte Especial do STJ no AgRg no AgRg na Suspensão de Tutela Antecipada nº 82-DF (Fev./2005)</i>	146
4.5 <i>Decisão de Ministro do STJ no MS nº 6704-DF (dez./1999)</i>	153
4.6 <i>Decisão de Ministro do STJ no MS nº 6.705-DF (dez.11999)</i>	154
4.7 <i>Decisão de Juízo do TRF da 4º Regido em Agravo Regimental no AI nº 2000.04.01.005917-9/PR (fev./2000)</i>	156
4.8 <i>Acórdão do Órgão Especial do TJRJ em Agravo Regimental no MS nº 1.630/2000 (fev. 12002)</i>	163
4.9 <i>Acórdão da 11ª Câmara Cível do TJRJ em Agravo Regimental no AI nº 16.213/2001 (fev./2002)</i>	167
4.10 <i>Acórdão da 4ª Câmara Cível do TJRJ no MS nº 499/01 (set./2001)</i>	169
4.11 <i>Acórdão do Órgão Especial do TJRS no MS nº 599463957 (out/1999)</i>	173
4.12 <i>Sentença de Juízo de Vara da Fazenda Publica do Estado do Rio Grande do Sul nas Ações Cautelar e Ordinária nºs 00104082905 e 00104317202 (jul/2001)</i>	178
5 - <i>Ilegalidade da utilização de rotas de fuga para evasão do pagamento de pedágio</i>	183
5.1 <i>Decisão nº 337/2001 do Plenário do Tribunal de Contas da União (jun./2001)</i>	185
5.2 <i>Sentença de Juízo da justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro na Ação Ordinária nº 97.0011705-7 (jan./1998)</i>	214
5.3 <i>Decisão de Juízo da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro na Ação Ordinária nº 2000.5101006846-4 (abr./2000)</i>	217
5.4 <i>Sentença de Juízo da Justiça Estadual do Paraná na Ação Civil Pública nº 415/2000 (mar. /2001)</i>	219
6 - <i>Legalidade da cobrança de pedágio em rodovias de pista simples</i>	231
6.1 <i>Parecer do Prof. MARÇAL JUSTEN FILHO (jan./2001)</i>	233
6.2 <i>Parecer do Min. XAVIER DE ALBUQUERQUE (fev./2001)</i>	261
6.3 <i>Parecer do Min. PAULO BROSSARD (fev./2001)</i>	280

336.232:625.7(81)

D294p

2.ed.



6.4	<i>Parecer AGU/MP-03/01 do Dr. MIGUEL PRO DE OLIVEIRA FURTADO, Consultor da Unido, aprovado pelo (então) Advogado-Geral da Unido, Dr. GILMAR FERREIRA Mendes (mai/2001)</i>	287
6.5	<i>Decisão nº 421/2001 do Plenário do Tribunal de Contas da Unido no Processo TC-002.321/1997 (jul/2001)</i>	293
6.6	<i>Legalidade da Cobrança de Pedágio em Rodovias Federais de Pistas Simples (Arnoldo Wald)</i>	305
7	<i>Índice Onomástico</i>	313

336.232:625.7(81)
D294p
2.ed.

